

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.333, DE 2024

Cria o Fundo Nacional de Empreendedorismo Inclusivo e dá outras providências.

**Autor:** Deputado DUARTE JR.

**Relator:** Deputado THIAGO FLORES

### I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.333, de 2024, de autoria do Deputado Duarte Jr., que propõe a criação do Fundo Nacional de Empreendedorismo Inclusivo (FNEI). O objetivo do Fundo é fomentar iniciativas de micro e pequenos negócios liderados por pessoas com deficiência.

Nos termos da proposição, o FNEI será composto por recursos da União, doações de entidades privadas e internacionais, bem como por multas aplicadas em casos de descumprimento de legislações de inclusão. O texto prevê que tais recursos poderão ser utilizados para abertura de negócios, capacitação em gestão empresarial e aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas. Além disso, estabelece condições especiais de financiamento, como taxas de juros reduzidas, prazos ampliados e carência de até doze meses.

Na justificativa, o autor argumenta que a medida visa promover maior inclusão econômica e social das pessoas com deficiência, por meio de incentivos ao empreendedorismo, reconhecendo as barreiras estruturais que dificultam sua plena participação no mercado de trabalho.

O projeto não possui apensos.



O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, em 13/05/2025, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Eriberto Medeiros (PSB-PE), pela aprovação e, em 09/07/2025, aprovado o parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à Proposição.

É o relatório.

2025-15339



## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência apreciar matérias que se refiram aos direitos deste segmento. O Projeto de Lei nº 4.333/2024, como visto no relatório, insere-se precisamente nesse campo, ao propor a criação do Fundo Nacional de Empreendedorismo Inclusivo, destinado a fomentar iniciativas de micro e pequenos negócios liderados por pessoas com deficiência.

A relevância da proposta pode ser compreendida por este colegiado à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009, com status constitucional. O art. 27 deste documento estabelece que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

O referido dispositivo é claro ao afirmar que tal direito compreende não apenas o acesso ao emprego formal, mas também a garantia de condições para o exercício de atividades empreendedoras, trabalho autônomo e constituição de cooperativas. É o que se lê na alínea f) do artigo em comento. Ora, o Fundo proposto, ao prever linhas de financiamento em condições especiais e suporte para capacitação e aquisição de tecnologias assistivas, nada mais é do que um instrumento de concretização desse comando constitucional.

No plano legal, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015) reforça essa obrigação. Seu art. 35, por exemplo, consagra o direito ao trabalho em ambiente acessível e inclusivo, reforçando-se no parágrafo único a obrigação de programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo. Dessa forma, mais uma vez, o projeto em exame não apenas se harmoniza com o arcabouço legal vigente, mas dá execução concreta a dispositivos centrais de seu conteúdo.

É preciso destacar que pessoas com deficiência enfrentam barreiras adicionais no mercado de trabalho, muitas vezes invisíveis às estatísticas



globais de emprego, já muito ruins no caso da pessoa com deficiência. Entre essas barreiras estão o acesso limitado ao crédito, a escassez de programas de formação em gestão e o custo elevado de tecnologias assistivas indispensáveis para a atividade produtiva. O Fundo Nacional de Empreendedorismo Inclusivo, nesse sentido, cria condições diferenciadas que dialogam com a realidade concreta desse grupo social. Mais que um mecanismo de crédito, trata-se de um instrumento de reparação de desigualdades estruturais, apto a ampliar as possibilidades de autonomia econômica e cidadania plena.

Diante do exposto, no que diz respeito ao escopo dessa Comissão, conclui-se que o Projeto de Lei nº 4.333/2024 cumpre fielmente os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, responde aos comandos normativos da Lei Brasileira de Inclusão e enfrenta barreiras históricas que limitam a participação econômica das pessoas com deficiência.

Voto, portanto, **pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.333, de 2024.**

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado THIAGO FLORES  
Relator

